

CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS - CTPOAR

ATA DA 113ª REUNIÃO

Data: 14 e 15 de março de 2017.

Hora: Dia 14: 09h00 às 18h00 (Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR);

Dia 15: 09h00 às 17h00 (Reunião da CTPOAR).

Local: SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2, Bloco B, sala CT-01, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA: Maria Emília Borges Alves
(maria.emilia@agricultura.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente – ANA: Luiz Henrique Pinheiro Silva (luizhenrique@ana.gov.br);

Ministério do Meio Ambiente - SRHQ: Mirela Garaventa (mirela.garaventa@mma.gov.br);

Conselhos Estaduais - MG/ES: Thiago Figueiredo Santana
(thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br);

Conselhos Estaduais - MT/GO: João Ricardo Raíses (jrrgestor@gmail.com);

Conselhos Estaduais - RJ/SP: Celia Regina Buono Poeta (cpoeta@sp.gov.br);

Conselhos Estaduais - DF/PR: Waldir Fabricio dos Santos (waldirfabricio@aguasparana.pr.gov.br);

Conselhos Estaduais – AL/RN: Nelson César Fernandes Santos (nelsonemparn@gmail.com);

Conselhos Estaduais – PA/AM: Ausente;

Conselhos Estaduais – MA/CE/PI: Ausente;

Irrigantes: Fernando Costa Faria (técnico.aguas@cerradomineiro.org);

Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário: Paulo Roberto da Veiga Franco (pfranco@sanepar.com.br);

Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Jean de Carvalho Breves
(jean@cemig.com.br);

Indústria: Zeila Piotto (zeila.piotto@fiesp.com);

Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Aderbal de Castro
(aderbal.filho@sema.ba.gov.br);

Organizações não governamentais: João Clímaco Soares de Mendonça
(fonascbbh@yahoo.com.br);

Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa: Tânia Lucia Graf de Miranda
(tania.miranda@lactec.org.br).

DEMAIS PRESENTES:

Ellen R. K. Pantoja (ellenpantoja@sema.mt.gov.br);

Fernanda dos Santos Ferreira (fernandaferreira@sema.mt.gov.br);

Gustavo S. Goretti (Gustavo.goretti@cna.org.br);

Igor Souza Ribeiro (igor.ribeiro@mme.gov.br);

Magali Scarcellini de Menezes (mscarcelini@sabesp.com.br)

RELATORIA: Antônio C. R. Miranda (antonio.miranda@mma.gov.br).

Abertura e informes: No dia 14 de março, a **Sra. Ellen Pantoja (CERH-MT; CTPOAR)** e o **Sr. Zoltan Romero (OTEP; CTAS)** deram as boas-vindas aos membros presentes e solicitaram uma rodada de apresentações. Na sequência, passou-se à apresentação de contextualização do histórico da

49 proposta de Resolução sobre gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos. A **Sra.**
50 **Roseli Souza (MMA/SRHQ)** apresentou o histórico de discussões sobre a proposta de Resolução,
51 iniciada em março de 2014, na 86ª Reunião da CTAS, a partir de demanda encaminhada pelo CNRH,
52 para a qual a ANA apresentou nota técnica endossando a importância desta iniciativa para a Gestão
53 Integrada. Salientou que, ainda em 2014, foi montado um GT na CTAS e uma reunião no DAEE, em
54 São Paulo, para tratar da minuta de resolução apresentada pela ANA. Nessas oportunidades,
55 constatou-se a complexidade do tema e a necessidade de envolver a CTPOAR nas discussões.
56 Também em 2014, foi organizado um *Workshop* sobre o tema, para aprofundamento sobre aspectos
57 técnicos envolvidos na gestão integrada. Informou também que ocorreram diversas reuniões ao longo
58 de 2015 e 2016 para tratar do tema, e que todo o material resultante das discussões até o momento
59 estão disponíveis para acesso a todos os representantes da CTAS e CTPOAR por meio do *link* que foi
60 compartilhado. Seguindo a pauta do dia, passou-se ao [Item 01 – Continuação das discussões sobre a](#)
61 [proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos](#)
62 [superficiais e subterrâneos”](#); a **Sra. Ellen Pantoja (CERH-MT)** consultou aos presentes sobre um
63 encaminhamento a respeito como iniciar a discussão: (1) pela última versão da proposta de
64 Resolução discutida na reunião conjunta de outubro de 2016; ou (2) pela versão da mesma proposta
65 de Resolução contendo os comentários e sugestões encaminhados pela ANA. Depois de vários
66 comentários e contribuições pelos presentes, optou-se por avaliar a (2) versão da proposta de
67 Resolução contendo os comentários e sugestões da ANA, a partir da leitura e análise de cada um dos
68 itens da proposta. Com relação aos “Considerandos”, ficou como encaminhamento que a Secretaria
69 Executiva de CNRH deverá avaliar o detalhamento das resoluções citadas que cabem ser
70 incorporadas no texto da proposta de resolução, e verificar outras resoluções pertinentes ao tema para
71 serem incluídas nos Considerandos. No Art. 1º e ementa, o **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-**
72 **CBH)** sugeriu a substituição de “União, Estados e Distrito Federal” por “entes federativos”, com
73 vistas a considerar também os municípios. Não se chegou a consenso, e a **Sra. Maricene Paixão**
74 **(CERH-MG)** sugeriu deixar esta questão para ser debatida no âmbito da Câmara Técnica de
75 Assuntos Legais e Institucionais (CTIL/CNRH), mantendo-se entre parênteses o termo “entes
76 federativos”, e os presentes concordaram. Ainda com relação ao Art. 1º, após contribuições diversas,
77 decidiu-se pela retirada do termo “trechos de bacias hidrográficas”, levando este termo para o Art. 3º.
78 O **Sr. Wilson Azevedo (Pesca e Turismo)** sugeriu a retirada do termo “fortalecimento” e a
79 consideração apenas da “efetivação” da gestão integrada. Todos concordaram com a sugestão. No
80 Art. 2º, ocorreram diversas sugestões de inclusões de novos termos a serem definidos (fluxo de base,
81 área de recarga, conectividade e rios perenes), com a condição de verificar nas normas e resoluções
82 existentes, bem como nos glossários de termos técnicos da ANA e CPRM, as definições já dadas para
83 estes e para os demais termos da proposta de resolução. Ainda no Art. 2º, após muita discussão
84 acerca da definição de “bacias críticas”, sugeriu-se alteração na definição deste termo.
85 Adicionalmente, considerando a retirada do termo “bacias críticas” do Art. 10º, já que a definição de
86 bacias críticas está em discussão em outra proposta de resolução na CTPOAR, para a qual ainda não
87 se avançou suficientemente devido à complexidade do tema, conforme explicado pelo **Sr. Luiz**
88 **Henrique (ANA)**, este termo então ficou pendente de consenso sobre sua manutenção ou não nesta
89 resolução. No Art. 3º, o **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH)** sugeriu a inclusão dos aquíferos
90 confinados, e, caso não for possível nesta resolução, que se recomende ao CNRH que discuta uma
91 proposta de resolução específica para aquíferos confinados. Ressaltou que o FONASC-CBH entende
92 como sendo uma determinação política a exclusão dos aquíferos confinados desta proposta de
93 resolução. Registrou que tem lido grande volume de material técnico a respeito do assunto e que
94 defende que é possível tecnicamente a gestão considerando os aquíferos confinados. Após as
95 discussões com a contribuição técnica de todos, ficou esclarecido que já existe grande complexidade
96 em se tratar de aquíferos livres, e que a conexão direta dos aquíferos confinados com a hidrografia é
97 ainda mais difícil de se determinar tanto localmente como regionalmente, a CTAS e CTPOAR
98 decidiram conjuntamente em manter a resolução direcionada aos aquíferos livres e rios perenes. O
99 **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** complementou que as experiências e a indisponibilidade de

informações, tanto em nível nacional quanto internacional, comprovam ser tecnicamente improvável a incorporação da gestão de aquíferos confinados e semiconfinados, mas que é necessário o incentivo à inclusão das águas subterrâneas, considerando-se ao menos os aquíferos livres, na pauta dos órgãos gestores de forma integrada à gestão dos recursos hídricos superficiais, conforme se propõe a atual minuta em discussão. Assim houve consenso sobre a seguinte versão: “Art. 3º Esta resolução se aplica aos aquíferos livres e rios perenes onde exista conectividade entre águas superficiais e subterrâneas.” A **Sra. Ellen Pantoja (CERH-MT)** registrou que faz parte das obrigações dos membros das Câmaras Técnicas, especialmente os novos membros, se inteirarem a respeito de todos os documentos e resultados das discussões técnicas que já ocorreram sobre o tema, os quais já foram disponibilizados com todos os membros por meio do *link* que foi compartilhado previamente, isso para se evitarem rediscutir questões que já foram consenso nas reuniões anteriores. No Art. 4º, após muita discussão sobre a citação ou não dos planos de recursos hídricos como sendo o local adequado para se tratar do tema da gestão integrada, após contribuição dos representantes da ANA considerando que não há necessidade de se vincular a gestão integrada à existência dos estudos dos planos de recursos hídricos, foi proposta nova redação ao artigo, excluindo a vinculação direta aos planos de recursos hídricos. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** se prontificou a propor uma revisão do *caput* e das alíneas de forma que fique mais adequado ao tema. No Art. 5º, após os esclarecimentos feitos pelo **Sr. Luiz Henrique (ANA)** e pela **Sra. Marcia Gaspar (ANA)**, os membros presentes questionaram o fato dos órgãos gestores não terem atribuição para elaborar normativos, mas sim, atos regulatórios. Não se chegou a um consenso sobre esta questão. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** sugeriu uma proposta de redação para unificar os parágrafos 1 e 2 do Art. 5º, mas a sugestão ficou de ser aprimorada e discutida na próxima reunião. **NOTA:** Outras sugestões e alterações de texto podem ser verificadas no texto do documento analisado, disponível entre os documentos da reunião conjunta no portal do CNRH. [Assuntos Gerais / Encerramento](#): Devido ao adiantar da hora, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP)** e a **Sra. Ellen Pantoja (CERH-MT)** propuseram que já fosse decidida a data das próximas reuniões. Todos concordaram com os dias 30, 31/05 e 01/06 para as reuniões da CTAS, conjunta e da CTPOAR, respectivamente. Por fim, a reunião conjunta CTAS-CTPOAR foi então encerrada.

ASSUNTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO CTPOAR (dia 15 de março):

Item 01 – Abertura/Informes: A **Sra. Ellen Pantoja (CERH-MT)** iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e solicitou uma rodada de apresentações. Após, passou-se a palavra à **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** que informou sobre a renovação do mandato das Câmaras Técnicas do CNRH para 2017-2019. No caso da CTPOAR ocorreram mudanças de representação nos seguimentos, entrando o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o Ministério de Minas e Energia (MME), e o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Maranhão (CERH-MA). O outro informe foi a respeito da comemoração dos 20 anos da Lei das Águas, a ANA e o MMA estão programando um Seminário (programação disponível em: www.mma.gov.br/eventos-do-mma/item/10990#21-3) para semana do dia mundial da água, que ocorrerá nos dias 21 (no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados) e 22/03/2017 (no auditório do MMA, Bloco B da Esplanada), estendendo o convite para que os membros da CTPOAR participem. Informou também sobre a aprovação da Resolução nº 184/2016 pelo CNRH, em sua 36ª reunião, sobre usos de pouca expressão considerados insignificantes. **Item 02 - Eleição de Presidente:** A **Sra. Ellen Pantoja (CERH-MT)** esclareceu que, de acordo com o Regimento Interno do CNRH, o mandato de presidente é de um ano, permitindo-se duas reconduções, informando que ela já foi reeleita por duas vezes, e solicitou que se manifestassem aqueles membros da CTPOAR que tenham interesse em se candidatar para o período de 2017 a 2018. Por indicação dos membros da CTPOAR o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)**, foi eleito, por unanimidade, para a presidência da Câmara Técnica. Agradecendo a todos pela indicação, passou a conduzir os trabalhos a partir de então. **Item 03 -**

Aprovação da ATA da 112ª Reunião: após algumas modificações no texto sugeridas pelos presentes, a ata foi aprovada. Item 04 - Apresentação das Prioridades, Ações e Metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos para 2016-2020 (Resolução CNRH nº 181/2016), no que se refere à CTPOAR. Por representante da Secretaria de Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (SRHQ/MMA): a palavra foi passada para a **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)**, que apresentou o histórico da revisão do PNRH 2006-2020, dando enfoque às ações e metas do PNRH 2016-2020 que tem a CTPOAR como executora e interlocutora. Salientou que a consultoria contratada vem elaborando relatórios sobre as prioridades do PNRH, os quais tratarão da situação da implementação do PNRH, no período de 2006 até 2015, trazendo também indicadores para acompanhamento da implementação para o ciclo 2016-2020, os quais deverão ser apresentados à CTPOAR quando estiverem concluídos. Esclareceu que as 16 prioridades do PNRH 2016-2020 constam na Resolução nº 181/2016, aprovada pelo CNRH em sua 36ª reunião ocorrida em dezembro de 2016; e que estas ações e metas não são estáticas, podendo ainda, mediante justificativas apresentadas pelos executores, sofrerem adequações, por exemplo, nas datas previstas para o seu cumprimento, ou na inclusão de novos interlocutores importantes que venham ser identificados ao longo da sua execução. Em relação à disponibilidade de recursos para execução das metas, complementou que grande parte delas já estão previstas no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA 2016-2020), e que os atores envolvidos terão um compromisso estabelecido em Resolução para impulsionar o acesso a outras fontes de recursos visando à execução das metas previstas. Além das ações e metas destacadas pela palestrante, a **Sra. Zeila Pioto (Indústrias)** destacou outras três metas que têm interface com os trabalhos em andamento na CTPOAR, relacionadas à gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos (tema das reuniões conjuntas). Após diversas intervenções com questionamentos pelos presentes, prontamente esclarecidos pela **Sra. Adriana Lustosa (MMA/SRHQ)**, passou-se ao Item 06, por ser pertinente para a definição da agenda de trabalho da CTPOAR. Item 05 - Definição de propostas de pauta e de agenda de reuniões para 2017, considerando também os temas prioritários encaminhados pelo CNRH e as Prioridades do PNRH 2016-2020: Após discussão do Item 06, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** apresentou a planilha com os temas prioritários encaminhados pelo CNRH à CTPOAR, na qual foram analisados cada um dos temas que foram elencados, sendo incluídas as observações e justificativas a respeito de cada um dos temas, considerando os que já estão em andamento e os que temas que já foram discutidas no contexto de outras resoluções. Os resultados destas análises estão disponíveis na própria planilha, disponível entre os demais documentos resultantes da reunião, no portal do CNRH. Após estas discussões, foram definidos os itens de pauta para as próximas reuniões da CTPOAR da seguinte forma: (i) discussão sobre a forma como foram tratados os temas prioritários pendentes para a Câmara Técnica (bacias críticas, necessidades hídricas ambientais etc), e análise dos temas estabelecidos no PNRH 2016-2020; (ii) Início da elaboração de Parecer sobre os temas prioritários; e (iii) Revisão da Resolução CNRH nº 16/2001. Como apresentações importantes para as próximas reuniões, foram definidas: (i) Situação sobre o estágio da discussão sobre outorga em bacias críticas, e outros temas prioritários pendentes; (ii) Informe do andamento das discussões do GT Prioridades para Outorga; e (iii) Atualização sobre as prioridades do PNRH (situação da implementação do PNRH 2006-2015 e indicadores para acompanhamento da implementação 2016-2020). O Planejamento das próximas reuniões da Câmara Técnica ficou da seguinte forma: (i) Participação de membros do GT Prioridades para Outorga na próxima Reunião CTPNRH, nos dias **17 e 18/04/2017**; (ii) 114ª Reunião nos dias **31/05 e 01/06**, conforme aprovado na reunião conjunta do dia anterior; (iii) 115ª Reunião em Julho, a depender das discussões sobre a proposta de resolução de Gestão Integrada e sobre Prioridades de Outorga - Moção do MME; (iv) 116ª Reunião em Setembro; e (v) 117ª Reunião em Novembro. Após o estabelecimento das propostas de pauta e agenda de trabalho, passou-se ao Item 07. Item 06 - Discussão sobre a Minuta de Moção, que “Recomenda aos Comitês de Bacias Hidrográficas que suspendam as atividades relativas à definição, deliberação ou aplicação de priorização para outorga de direitos de uso de recursos hídricos até que o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleça diretrizes para o tema, conforme inciso VIII do Art. 7º da Lei nº


202 [9.433/97 quanto ao conteúdo mínimo dos Planos de Recursos Hídricos](#)”, encaminhada pelo MME
203 [com requerimento de urgência na 36ª Reunião do CNRH](#): Este Item foi discutido antes do item 5,
204 pela possibilidade de entrar como um dos temas prioritários a serem incluídos na agenda de trabalho
205 da CTPOAR. O **Sr. Igor Ribeiro (MME)** apresentou informe contextualizando a motivação do
206 pleito relativo ao encaminhamento da Moção ao CNRH, esclarecendo que o presente pleito foi
207 motivado pelas questões envolvendo a UHE de Batalha, localizada na bacia do rio Paranaíba, onde a
208 reserva de disponibilidade hídrica à montante dessa Usina está muito aquém do que está se exercendo
209 na prática, devido à situação de estresse hídrico evidenciado na bacia e os conflitos já estabelecidos
210 envolvendo os usuários. Enfatizou que esta situação vem causando prejuízos de geração de energia
211 elétrica naquele sistema e afetando a segurança jurídica e a estabilidade regulatória do setor de
212 geração de energia hidrelétrica. Assim, considerou que, quando um Comitê de Bacia Hidrográfica
213 (CBH) estabelece a hierarquização de importância dos usos da água na bacia, especialmente em
214 situações de estresse hídrico, ele coloca em risco os usos múltiplos da água e o desenvolvimento
215 econômico do país. Então, argumentou que a Lei nº 9.433/97 (Lei das Águas) determina que a
216 outorga e utilização das águas para fins de geração de energia hidrelétrica estará subordinada ao
217 Plano Nacional de Recursos Hídricos, por ser uma questão de interesse estratégico nacional, não
218 podendo ficar vinculado apenas a questões de interesse local (da bacia hidrográfica). Lembrou que o
219 Conselho, em sua 36ª reunião, deliberou pelo encaminhamento da proposta de Moção para
220 aprofundamento das discussões nas Câmaras Técnicas CTPOAR e CTPNRH. Concluiu frisando a
221 importância que o CNRH deliberar sobre os critérios a serem considerado em âmbito nacional para
222 disciplinar a priorização para a outorga em termos de conceitos e quando e onde aplicar esta
223 priorização, com vistas a compatibilizar os planejamentos nacional, estadual e das bacias
224 hidrográficas. O **Sr. Fernando Faria (Irrigantes)** colocou que esta questão já foi amplamente
225 discutida no âmbito do CBH Paranaíba, a qual já foi legitimamente deliberada por aquele Comitê no
226 caso da UHE de Batalha. A **Sra. Zeila Pioto (Indústrias)** considerou que a definição de diretrizes e
227 critérios gerais pelo CNRH para a priorização de outorga é importante, já que muitos dos planos de
228 bacias possuem lacunas neste sentido. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** esclareceu que as Declarações
229 de Reservas de Disponibilidade Hídrica (DRDH) emitidas pela ANA dependem da declaração correta
230 dos órgãos gestores estaduais acerca dos usos na bacia, e que existem premissas importantes sobre a
231 priorização para outorga, e que uma delas é que a priorização não significa exclusividade de uso. O
232 **Sr. João Raises (CERH-GO)** ficou de encaminhar à CTPOAR os resultados do Seminário ocorrido
233 que debateu os desafios da geração hidrelétrica e agricultura sustentável no Estado de Goiás, como
234 referência para tratamento do tema, incluindo outorgas sazonais. Após muitas contribuições pelos
235 presentes, deliberou-se pela criação de um Grupo de Trabalho (GT) com integrantes, inicialmente,
236 apenas da CTPOAR, que proporá um plano de trabalho preliminar para tratar do tema, e será enviado
237 um ofício pelo presidente da CTPOAR à CTPNRH solicitando a apresentação do plano de trabalho
238 preliminar na próxima reunião CTPNRH prevista para abril de 2017. Os membros da CTPOAR
239 concordaram que após a apresentação na reunião da CTPNRH é que se verificaria o interesse dos
240 membros daquela Câmara Técnica em participar do GT para trabalhar em uma Minuta de Resolução
241 para tratar de diretrizes de priorização de outorga. Assim, o **Sr. Thiago Figueiredo (CERH-MG)**
242 consultou aos presentes sobre o interesse em participar no GT - Prioridades para Outorga. Os
243 representantes da CTPOAR que manifestaram interesse, foram: (i) ANA (**Coordenador**): Luiz
244 Henrique Pinheiro; (ii) MME (Convidado externo): Igor Souza Ribeiro; (iii) MAPA: Maria Emília
245 Borges Alves; (iv) MMA: Mirela Garaventa; (v) Concessionárias (CEMIG): Jean de Carvalho
246 Breves; (vi) Irrigantes (CNA): Gustavo dos Santos Goretti; (vii) Indústrias (FIESP): Zeila Piotto;
247 (viii) CERH-RN: Nelson César Fernandes Santos; (ix) CERH-GO: João Ricardo Raiser; e (x) CERH-
248 DF: Maria Sílvia Rossi. Conforme acordo na reunião, a referida proposta preliminar do Plano de
249 Trabalho será discutida por e-mail entre os membros do GT - Prioridades para Outorga, objetivando
250 sua apresentação na 96ª Reunião da CTPNRH, agendada para os dias 17 e 18/04/2017. Como prazos,
251 ficaram definidos: até **29/03**: GT discute proposta de Plano de Trabalho por e-mail e encaminha as
252 contribuições para o Coordenador do GT, Sr. Luiz Henrique (ANA); até **06/04**: o Presidente da

CTPOAR encaminha ofício à Presidente da CTPNRH solicitando inclusão de apresentação no item de pauta da 96ª Reunião da CTPNRH; e Coordenador do GT consolida as contribuições e encaminha documento consolidado à Sec. Executiva do CNRH para inclusão na pauta da 96ª Reunião da CTPNRH; **17 ou 18/04**: Sr. Thiago Santana (Presidente da CTPOAR), Sr. Luiz Henrique (Coordenador do GT) e Sr. Igor Ribeiro (MME - demandante), comparecerão à 96ª Reunião da CTPNRH para contextualizarem a demanda e apresentarem a proposta preliminar de Plano de Trabalho, e verificarão o interesse da CTPNRH em participar no GT - Prioridades para Outorga, e a possibilidade de reunião conjunta entre as duas Câmaras Técnicas para tratarem do assunto. [Item 07 - Encaminhamento dos trabalhos/Encerramento](#): Por fim, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** lembrou rapidamente sobre os encaminhamentos do dia e sobre a data da próxima reunião (31/05 e 01/06), e então encerrou a reunião agradecendo aos presentes pela colaboração nos trabalhos.

Ata aprovada na 114ª reunião, realizada nos dias 31 de maio e 01 de junho de 2017.



Thiago Figueiredo Santana
Presidente da CTPOAR



Antônio Calazans Reis Miranda
Relator da CTPOAR